

ch
José Machado Neto



1290000830



IE

TCC/UNICAMP M18e

Ensino Superior e Classe Média no Brasil



Orientador:

Professor Waldir José de Quadros

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, como parte dos requisitos para a conclusão de curso.

Universidade Estadual de Campinas
1990

CEDOC/IE

Sumário

Introdução	1
Capítulo I - A Nova Classe Média.....	3
1. A Transição do Capitalismo Concorrencial para o Capitalismo Monopolista.....	3
2. Desenvolvimento Capitalista e A Nova Classe Média no Brasil.....	9
Capítulo II - A Questão Educacional.....	14
Conclusão	30
Bibliografia	32

Introdução

A proposta deste trabalho é a de mostrar a importância do ensino superior no Brasil enquanto mecanismo de ascensão ou manutenção da posição social para a classe média, e como sua lógica e dinâmica funcionam em relação aos movimentos do próprio capital, apesar de não restringirem-se a este.

No capítulo I apresentamos de maneira resumida o processo de formação da moderna classe média em termos gerais, que está vinculado às profundas transformações do capitalismo a nível dos países avançados do final do século passado, é o caso brasileiro, ligado à real conformação de uma estrutura capitalista já monopolizada a partir da segunda metade da década de cinquenta deste século.

No capítulo II procuramos mostrar a ligação do ensino com o sistema capitalista, sua importância e movimento, conforme as próprias oscilações verificadas na década de setenta, com altas taxas de desenvolvimento, expansão da produção e do emprego, e de oitenta, caracterizando-se por um período de retração, e verificando os reflexos no ensino, tanto quantitativa como qualitativamente.

Nosso objetivo é o de mostrar que, apesar do sistema capitalista prescindir da escola para formar a mão-de-obra qualificada de que necessita, ele a utiliza e a torna fundamental

como instrumento para a classe média, além de abrir perspectivas e questões para novos estudos na área.

CAPITULO I

A NOVA CLASSE MEDIA

1. A Transição do Capitalismo Concorrencial para o Capitalismo Monopolista.

As transformações ocorridas no final do século XIX e início do século XX, com a passagem do Capitalismo Concorrencial para o Capitalista Monopolista, foram responsáveis pelo surgimento de uma nova e mais complexa estrutura social de classes.

Esta estrutura refletiu as alterações ocorridas no processo produtivo e na divisão social do trabalho, gerando e permitindo a expansão de uma "Nova Classe Média", diferente tanto da antiga classe média do período concorrencial como também da própria estrutura do período de transição.

Cabe aqui observarmos que só se pode falar em "transformações no capitalismo" a partir do conceito marxista de modo de produção capitalista, cujas características básicas já se apresentavam no período concorrencial, tendo como pontos principais a plena mercantilização da economia e a dominância da lógica de acumulação industrial.

A concentração da propriedade e da produção foram o eixo destas transformações e provocaram, conforme MILLS ⁽¹⁾, o

surgimento de uma estrutura social não mais determinada pela propriedade, mas baseada na ocupação do indivíduo.

Foi nos E.U.A. que estas transformações se processaram com maior clareza, graças aos seus antecedentes históricos, constituindo-se num ponto de referência para o estudo das bases que permitiram o surgimento da "Nova Classe Média".

O processo de concentração trouxe consigo o desenvolvimento das grandes empresas ou "modernas corporações empresariais". Os principais aspectos dessas transformações foram:

- a) grandes mudanças tecnológicas incorporadas ao processo de produção;
- b) desenvolvimento dos meios de distribuição e,
- c) ampliação das tarefas administrativas ou funções de coordenação.

O progresso tecnológico determinou um aumento da produtividade industrial, criando a necessidade de expansão dos mercados consumidores. Desenvolveu-se então um novo e complexo sistema de distribuição envolvendo transportes, armazenamento, comunicação, comércio, publicidade, etc.

(1) MILLS, C. Wright. A Nova Classe Média (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1969

Graças as maiores necessidades de centralização e organização das tarefas nas grandes empresas, houve uma abrupta expansão das tarefas de gestão. Adotou-se a "gerência científica" a fim de organizar e maximizar a produção, cuidando de detalhes mínimos tanto dentro do próprio setor produtivo como também administrativo.

A racionalização e burocratização das empresas envolveu toda uma nova estrutura altamente hierarquizada, abrangendo desde os altos cargos gerenciais até os funcionários de escritório menos qualificados.

No setor produtivo, as necessidades de controle e planejamento criaram espaço para profissionais mais qualificados (engenheiros, técnicos, etc.).

O desenvolvimento do comércio acarretou a expansão de ocupações como vendedores, balconistas, etc. Por outro lado, também desenvolveram-se mecanismos a fim de acelerar a expansão do mercado consumidor, como sistemas de crédito ao consumo.

Estas transformações afetaram também os profissionais liberais, que antes possuíam maior independência mas que passaram de maneira geral a se submeter ao assalariamento devido à impossibilidade de concorrência com as grandes estruturas empresariais, com modernos equipamentos, equipes auxiliares, etc..

Todas estas ocupações foram as que mais se expandiram nos E.U.A. entre as décadas de setenta do século XIX e quarenta do século XX, passando de 6% para 25% da População Economicamente Ativa. Elas caracterizam a classe dos "colarinhos brancos" ou "Nova Classe Média".

A grande divisão e sistematização do trabalho, com simplificação das tarefas e desqualificação de grande parte da mão-de-obra, permitiu uma expansão enorme do exército potencial de trabalhadores passíveis de serem explorados pela capital.

O trabalho, mecanizado e padronizado, tornou-se impessoal, com maiores facilidades de substituição e menores possibilidades de ascensão. A incorporação e expansão das mulheres neste mercado de trabalho (desqualificado) foi marcante.

Por outro lado, a qualificação exigida para os postos mais altos da hierarquia foi crescente, sendo estes cada vez mais valorizados.

Esta "Nova Classe Média" diferencia-se em muito da antiga, formada basicamente pelos pequenos produtores rurais, artesãos e pequenos comerciantes, pois está vinculada diretamente ao mercado de trabalho. Enquanto para a antiga o valor social estava ligado às suas posses (propriedades ou meios de produção), para a "Nova Classe Média", assalariada em sua grande maioria, o valor social depende de sua colocação na estrutura ocupacional. Este período

foi marcado por um rápido processo de urbanização, sendo esta nova classe essencialmente urbana.

Todas estas transformações sociais foram determinadas por mudanças na base produtiva (centralização da propriedade e dos meios de produção) que resultaram num sistema cuja dinâmica passou a se basear nas grandes empresas e no setor produtor de bens de consumo duráveis.

A expansão deste setor trouxe consigo o desenvolvimento da indústria pesada e exigiu a criação de toda uma infra-estrutura viabilizada por um intenso programa de obras públicas. O Estado, assim, representou papel fundamental para a implantação e desenvolvimento desta estrutura.

Logo após a 2a. Grande Guerra, houve um movimento de internacionalização deste padrão de acumulação a partir dos E.E.U.U. As consequências desta difusão a nível de cada país dependeu do estágio em que se encontrava seu desenvolvimento e de suas características e antecedentes históricos. Sua implantação só foi possível onde já se verificavam as pré-condições básicas necessárias para o desenvolvimento capitalista como a configuração de uma força de trabalho assalariada (mercado de trabalho) à disposição das novas empresas, que ao mesmo tempo seria mercado consumidor para os géneros básicos, e também um Estado Nacional forte dirigido a organizar as forças que impulsionaram o desenvolvimento.

No Brasil, este processo ocorreu a partir da segunda metade da década de cinquenta com a implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitchek. As pré-condições já se faziam presentes graças principalmente ao período cafeeiro, que criou e expandiu o mercado de trabalho assalariado, além de representar o setor mais mecanizado da economia.

O capital privado nacional também respondia pela produção de bens de consumo não duráveis ou de gêneros básicos que atendia a força de trabalho.

Porém, o novo padrão só foi possível com a vinda das empresas estrangeiras (européias e norte-americanas) de bens duráveis, pois exigia uma alta capacidade financeira, altas escalas de produção e uma tecnologia que o setor nacional não possuía.

Coube ao Estado articular estes fatores, incentivando não só o capital estrangeiro como também o capital nacional, além da criação de toda a infra-estrutura necessária.

Trataremos de especificar estes pontos a seguir.

2. Desenvolvimento Capitalista e a Nova Classe Média no Brasil.

As bases para a plena constituição do capitalismo no Brasil começaram a ser constituídas no final do século passado, através da economia cafeeira exportadora. Foi ela a responsável pela formação de um mercado de trabalho (processo de assalariamento da força de trabalho) simultaneamente à formação de um mercado consumidor para bens-salário.

Houve um intenso processo de urbanização, trazendo consigo uma maior diversificação da economia graças às novas atividades que se desenvolviam: bancos, armazéns, oficinas, etc...

Surge a indústria de bens-salário atrelada à produção agrícola de alimentos, que permitem e financiam o núcleo de indústrias leves de bens de produção e matérias-primas agrícolas.

As atividades urbanas são responsáveis pela expansão de novas ocupações, como os pequenos comerciantes urbanos e assalariados do comércio, empregados do setor bancário, ocupações de escritório, além do desenvolvimento dos serviços públicos (expansão do emprego público).

A estrutura social proveniente do desenvolvimento da economia mercantil-exportadora era formada pelos grandes empresários do café e colonatos, tipicamente rurais, e pela burguesia e proletariado fabril urbanos, além dos novos assalariados não ligados à produção.

Este sistema entrou em crise na década de 20, culminando com seu desmoronamento na Grande Crise de 1929 e na passagem a uma nova etapa de desenvolvimento: a de industrialização restringida ou substituição de importações, com o eixo dinâmico passando da acumulação mercantil para a acumulação industrial.

Porém, esta indústria ainda não era capaz de alastrar para todos os outros setores da economia o progresso técnico e de destruir e subordinar as antigas formas de produção. Isto só seria possível a partir da implantação da indústria pesada, que internaliza o eixo dinâmico da economia e completa verdadeiramente a industrialização, não havendo mais qualquer dependência do setor externo.

A década de cinquenta representou um passo importante neste sentido, pois foi no governo de Getúlio Vargas que teve início toda a formação da infra-estrutura básica necessária para permitir a implantação desta indústria pesada.

Isto implicou em programas governamentais e direcionamento dos investimentos para os setores energéticos, de transportes e comunicações.

A partir de 1955, como o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubischek, este ciclo se completa, através da vinda do capital privado estrangeiro, responsável pela indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc...).

Do ponto de vista externo, este fato representou a expansão de um padrão de desenvolvimento norte-americano (internacionalização desta nova estrutura através das empresas multinacionais) e, do ponto de vista interno, a necessidade de se completar a industrialização via implantação da indústria pesada.

Estes fatores históricos levam a conclusão de que a constituição plena do capitalismo no Brasil tenha se dado já na forma de capitalismo monopolista.

Algumas imposições resultaram disto: as escalas mínimas de produção da indústria pesada e suas necessidades financeiras e tecnológicas só seriam viáveis com a vinculação a um setor forte (tanto em tecnologia como pelo lado da demanda), o que não acontecia com a frágil indústria nacional de bens-salário.

A indústria de bens duráveis representou este setor forte, ao mesmo tempo em que esta só se estabeleceu no Brasil devido as bases anteriores necessárias já estarem constituídas e também pela importante participação do Estado.

O Estado, além de ser o responsável pela criação da infra-estrutura para a vinda do capital estrangeiro (setor produtivo estatal = insumos básicos), propiciou-lhe outras formas de benefício, como a isenção de impostos.

A indústria nacional também se beneficiava com este processo, já que o aumento do emprego e da renda gerada pelo novo setor levaria a um aumento da demanda por bens não-duráveis.

Articularam-se, desta forma, os interesses do Estado (completar o processo de industrialização), do capital privado estrangeiro (expandir o novo padrão de desenvolvimento) e do capital privado nacional.

Novas transformações ocorreram nos anos sessenta, destacando-se as inovações no setor financeiro: a conglomeração bancária, criação de novas instituições (sociedade de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, etc...). Além disso, no setor público, há uma forte expansão do número de empresas e a adoção de critérios privados para sua gestão.

Todas estas transformações econômicas intensificadas a partir da década de cinquenta, repercutiram sobre a estrutura do emprego e possibilitaram a expansão da "Nova Classe Média" brasileira.

Porém, a direção assumida pelo nosso desenvolvimento foi a de exclusão de boa parte da população, sobretudo após o golpe de 64, mas que já se revelavam desde o governo Kubischek com a pouca atenção aos gastos sociais.

Esta política dos governos militares priorizou o desenvolvimento econômico sem levar em conta a distribuição da renda. O período do "Milagre Brasileiro" da década de setenta, fez com que as transformações sociais se dessem de forma extremamente rápida, em particular a ascensão da "Nova Classe Média".

Além de não abranger a grande massa da população, houve sucessivas políticas salariais, que arrocharam os salários de base, tornando maior a disparidade em relação aos salários mais altos.

Graças a estes fatores, o novo padrão de desenvolvimento foi implantado, mas só que de maneira a excluir grande parte da população, que acabou renegada a condições miseráveis, gerando-se uma profunda dívida social, e com uma grande disparidade na estrutura de rendas.

De qualquer maneira, o Brasil inseriu-se no movimento mundial do capitalismo aproveitando-se do momento histórico e de suas bases e pré-condições. Hoje, coloca-se novamente este problema e a passagem ou não para um novo padrão de acumulação que se configura irá depender de vários fatores, entre eles a formação de recursos humanos capacitados para entender e levar adiante este processo.

CAPITULO II

A QUESTÃO EDUCACIONAL

A questão educacional é hoje um dos pontos chave na discussão sobre a inserção do país no desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, ditado pelos novos padrões de acumulação a partir das nações do Primeiro Mundo.

A maneira com que o Brasil participar do comércio internacional, as prioridades que serão dadas a nível interno para o desenvolvimento tecnológico, o tratamento que será dado às questões da dívida externa e da redistribuição de renda, são alguns dos pontos que traçarão o sentido de uma possível retomada do desenvolvimento. Este desenvolvimento, porém, seja qual for seu sentido, não será possível sem profundas mudanças no sistema educacional.

Retomar o desenvolvimento significa integrar-se ao movimento do capitalismo a nível mundial, desenvolvendo a capacidade de competição de nossa economia. Isto envolve tanto o aprimoramento tecnológico de nosso parque industrial, como também novas formas de organização do trabalho.

As grandes empresas têm dado especial atenção à área de recursos humanos, com gastos elevados em programas de capacitação e aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada, o que revela ser

esta um fator fundamental em termos de competitividade nos dias atuais.

A criação da infra-estrutura capaz de dar suporte a esta entrada do país numa nova etapa de desenvolvimento inclui a necessidade de uma ampla reforma no sistema educacional.

A situação em que se encontra a rede escolar pública de primeiro e segundo graus e a deterioração que vêm sofrendo ano a ano, grande parte das universidades públicas, tanto em termos de recursos físicos, como qualitativamente, vem apenas aumentar cada vez mais a distância deste objetivo. Some-se a isto a expansão desenfreada das universidades privadas ocorrida na década de setenta, acompanhando o período do "milagre" econômico, no qual cresceu a taxa de emprego e consequentemente a demanda para ocupações de maior qualificação.

O pouco caso dado às questões sociais por parte dos governos militares, possibilitou e incentivou esta expansão, que infelizmente não foi acompanhada em termos qualitativos, tornando-se apenas uma fonte oportunista de lucros.

A necessidade desta reforma no setor educacional, no entanto, não pode ser restringida a uma visão que objetiva simplesmente atender e adequar a escola às necessidades das empresas pois, desta forma estaria se discriminando o acesso à educação a uma grande maioria da população.

Isto acontece, graças a desqualificação ou simplificação do trabalho que é inerente ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo.

Esta problemática foi tratada por SALM ⁽²⁾ em sua tese de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas. Neste trabalho, Salm discute a questão do agigantamento do sistema educacional em contraposição ao "amesquinhamento" crescente dos postos de trabalho, criticando tanto a visão da teoria do capital humano, quanto a dos críticos marxistas, que consideram a escola como um instrumento direto a serviço do sistema capitalista na formação da mão-de-obra qualificada. A contradição básica surge ao se pensar o planejamento educacional com vistas a adequar-se ao mercado de trabalho: desta maneira, é impossível democratizar o acesso à educação em todos os níveis, pois este último requer uma grande massa de trabalhadores disponível para as funções de menor qualificação e um contingente mínimo para as funções de maior qualificação.

Baseando-se também em Marx, Salm mostra que, à medida em que o capital avança, ele vai libertando-se dos entraves que limitam sua própria acumulação, adquirindo uma dinâmica interna e agindo de maneira a destruir ou subordinar as outras formas de produção, sendo capaz de, ao desencadear este processo, criar por si mesmo a força de trabalho da qual necessita.

⁽²⁾ SALM, Claudio. Escola e Trabalho Tese de Doutorado, Campinas, IE - UNICAMP - 1980

O momento fundamental em que se dá a constituição da base técnica própria do capitalismo é a implantação do Departamento I (setor de produção de bens de capital), que ocorre historicamente na Inglaterra com a Revolução Industrial. Isto representou a superação dos limites por parte do trabalho humano para a acumulação de capital.

Na manufatura estes limites existiam, pois o ritmo da produção dependia de destreza manual do trabalhador: o trabalho ainda exigia uma qualificação tal que o comando do processo da produção ainda lhe pertencia.

A industrialização em todos os níveis ou a implantação do Departamento I (máquina produzindo máquina) faz com que:

- a) o trabalhador perca o comando sobre o instrumental de produção, passando ele a ser um mero apêndice da máquina;
- b) radicaliza-se o processo de desqualificação do trabalho: (pois) a simplificação torna possível a incorporação de mulheres e crianças no contingente potencial de trabalhadores, permitindo um barateamento da força de trabalho e diminuindo seu poder de barganha (pois o trabalhador pode ser substituído mais facilmente).

A passagem do sistema de manufatura para a indústria, representou a superação dos obstáculos à acumulação de capital. Na

manufatura, o trabalhador ditava o ritmo da produção, que por sua vez era subordinado pelas necessidades do capital comercial.

É neste sentido que podemos dizer que, apesar da manufatura já conter os elementos essenciais do capitalismo (capital industrial, trabalho assalariado) ela ainda não possuía uma base técnica adequada à acumulação.

No entanto, a passagem do artesanato para a manufatura também teve importância fundamental, representando o que Marx classificou como período de "Gênese do Capitalismo" ou transição do modo feudal de produção para o modo capitalista, pois:

- 1) houve a separação dos proprietários dos meios de produção do corpo de trabalhadores ligado diretamente a produção;
- 2) acentuou a divisão do trabalho, com um maior parcelamento das tarefas (desqualificação), que provocou um aumento da produtividade e barateamento da força de trabalho;
- 3) com isso, o tempo de aprendizado necessário para o trabalhador reduziu-se, e o instrumental (ferramentas) tornou-se mais especializado.

Porém, sua base técnica ainda representava limites à acumulação, pois o trabalhador não estava ainda suficientemente desqualificado a ponto do capital dispensar os instrumentos de coerção extra-econômica para disciplinar a força de trabalho.

A manufatura não é capaz de subordinar e destruir as formas pretéritas de produção, pois não consegue antecipar sua produção à demanda (não cria seu próprio mercado), pois um aumento da oferta é limitado entre outros fatores pela demora para a formação de força de trabalho, que ainda necessita de certa qualificação.

Os limites são superados com a produção fabril mecanizada, pois esta tornou possível o constante progresso técnico.

O sistema adquire uma dinâmica própria e seu objetivo é a valorização crescente do capital, com o aumento de sua composição orgânica c/v , com c representando os meios de produção e v a força de trabalho. Esta última torna-se cada vez mais subordinada ao capital.

Este movimento é imposto, de acordo com Marx, pela concorrência inter-capitalista: a busca pelo aumento da produtividade é movida pela possibilidade da obtenção de ganhos extras em relação ao conjunto de produtores pois mesmo barateando sua produção, o capitalista pode manter seus preços nos níveis médios da concorrência.

Como podemos verificar, "o desenvolvimento do processo capitalista de trabalho vai se libertando cada vez mais do trabalhador qualificado" ⁽³⁾ enquanto tipo de trabalho predominante no sistema.

O trabalho qualificado assume dimensões inspetoras e coercitivas, pois o trabalho massificado e coletivizado exige maior controle, direcionamento e organização, que serão exercidos por essa classe especial de assalariados, segundo Marx.

De acordo com estes pressupostos, que aqui foram colocados em termos resumidos, não se pode considerar a escola como fonte direta de reprodução da força de trabalho qualificado para o sistema, pois este independe de mecanismos externos para seu desenvolvimento: se seu objetivo é livrar-se dos entraves que limitam a acumulação (através do constante progresso técnico) por que ele criaria um limite procurando na escola a força de trabalho especializada da qual necessita?

O capital desenvolveu mecanismos próprios de aprendizado para formar e desenvolver sua mão-de-obra qualificada. Um exemplo disso são os programas de "trainees" desenvolvidos pelas grandes empresas, onde chega-se a permanecer até mais de um ano fazendo cursos e sendo preparado para ocupar cargos importantes de gerência na empresa.

Mas, além da capacitação técnica, outros fatores têm influência na escolha de pessoal qualificado. Referências pessoais como relacionamento, confiança, nível social também são consideradas no processo seletivo.

(3) SALM, Claudio, op. cit., pág. 61, 2o. parágrafo.

Dizer que as empresas prescindem do sistema educacional, no entanto, não significa que a escola não faça parte de todo o aparelho ideológico que garante a reprodução da estrutura capitalista, mas como bem ressalta Salm ⁽⁴⁾, ela representa muito mais que isso.

Ela representa também um espaço transformador quando considerada um direito universal e fundamental para a conquista da cidadania e da plena realização do indivíduo, independente de sua colocação no mercado de trabalho.

"A visão da Escola como "fábrica de mão-de-obra" qualificada decorre de boa medida da assimilação irrefletida da literatura radical americana sobre o assunto".⁽⁵⁾

Os E.E.U.U. têm características peculiares quanto à sua educação de nível superior que não permite uma comparação com o caso brasileiro. Lá, a autoridade educacional é mais descentralizada, o que permite um maior vínculo entre empresa e escola, pois há maior ligação desta com a comunidade local, o que não ocorre no caso do Brasil, onde a autoridade escolar é centralizada.

Os radicais veem a deterioração das condições de trabalho que acompanha o desenvolvimento como uma "conspiração" organizada

⁽⁴⁾ SALM, Claudio. op. cit., pág. 15, 2o. parágrafo e pág. 16, 1o. parágrafo.

⁽⁵⁾ Idem, ibidem. op. cit., pág. 20, 2o. parágrafo.

dos padrões para controle da massa trabalhadora. O progresso técnico se resume assim num mero instrumento de manobra dos capitalistas para evitar que os trabalhadores se fortaleçam como classe organizada. O fator político-ideológico, desta maneira, acaba por suprimir o fator econômico que determina a lógica real do sistema capitalista: a acumulação crescente de capital. E ela sim o ponto de partida, o fator predominante que trará consigo os mecanismos que tratarão de legitimá-la e garantir sua reprodução.

Também não podemos dizer que as empresas, não prescindindo da escola, não usem-na. Isto porque as universidades, em especial as "ilhas" representadas por aquelas que mantiveram seu nível de ensino, apesar da crise geral, já funcionam como um instrumento de pré-seleção, elitizando-se mais a cada ano.

Uma boa ilustração da relação entre o mundo das empresas e as universidades hoje no Brasil é a declaração de Elizabeth Zorgi, vice-presidente de Recursos Humanos do Citibank em entrevista a revista EXAME de 08 de agosto de 1990 (4) em artigo sobre os baixos níveis gerais dos cursos superiores de Administração de Empresas. Falando sobre o programa de trainess da empresa, disse Elizabeth: "Não nos interessa saber se (os candidatos) são bons em finanças, marketing ou R.H., mas

(4) "As notas baixas dos cursos de administração", revista EXAME, no.16, ano 22, edição 429, págs 38-45, 08 de agosto de 1990.

procuramos pessoas com potencial e boa cabeça".⁽⁷⁾

Some-se a isto a preferência de muitas empresas em colocar recém-formados em cursos de engenharia nos setores administrativos, desenvolvendo-os na própria empresa ou incentivando-os através de bons cursos (destacando-se a Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas).

A universidade ainda representa um importante papel, pois é o trampolim de entrada no mercado de trabalho referente às ocupações do estrato superior da classe média, que engloba os engenheiros e arquitetos; médicos, dentistas e enfermeiras diplomados; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior; economistas e contadores de nível superior; administradores, gerentes e chefes.

Na década de setenta, esta foi a faixa em que se verificaram as maiores taxas anuais de expansão do emprego sendo a segunda em termos de "novos postos" criados nas ocupações típicas de classe média ⁽⁸⁾, ficando apenas atrás da faixa mais baixa, que engloba ocupações de menor qualificação e mais baixos rendimentos.

⁽⁷⁾ "As notas baixas dos cursos de administração", revista EXAME, no.16, ano 22, edição 429, págs 40, 08 de agosto de 1990.

⁽⁸⁾ Quadros, Waldir. Projeto: Análise do Mercado de Trabalho e Emprego na Região Metropolitana da Grande São Paulo entre 1970-1980.

Relatório final - IE, UNICAMP - 89

A expansão da nova classe média foi um fenômeno tipicamente urbano, sendo que tomamos como ilustração dados relativos a Grande São Paulo. As tendências observadas também foram, de maneira geral, acompanhadas nas outras grandes metrópoles brasileiras e no interior do Estado de São Paulo, com poucas diferenças específicas de caráter regional (7).

As funções de classe média que mais se expandiram durante a década de setenta foram:

- 1) administradores, gerentes e chefes;
- 2) auxiliares de escritório;
- 3) balconistas e caixas.

O primeiro grupo pertence ao extrato superior da classe média, o qual nos interessa tratar.

Apesar da faixa de ocupações de menores rendimentos médios e mais baixos níveis de escolaridade (auxiliares de escritório, ocupações auxiliares na área de saúde e lojistas e caixas) ter representado a maior variação em termos absolutos, a primeira faixa ou extrato superior de ocupações foi a que sofreu o maior aumento proporcional na participação das novas ocupações, como podemos observar na tabela 01.

(7) Quadros, Waldir. Projeto: Análise do Mercado de Trabalho e Emprego na Região Metropolitana da Grande S. Paulo entre 1970-80. Este trabalho apresenta dados referentes às regiões metropolitanas da Grande Rio de Janeiro, Grande Recife e Grande Salvador, além de Campinas, S. José dos Campos, Ribeirão Preto e Araçatuba. Relatório final - Convênio FECAMP/SEADE - IE - Campinas 1989

TABELA 1

 EXPANSÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS OCUPAÇÕES DE CLASSE MÉDIA
 POR FAIXAS DE RENDA 1970 - 1980. GRANDE SÃO PAULO

	numero de trabalhadores				novos postos		taxa de cresc. medio a.a.
	1970(a)	%	1980(b)	%	classe media (b)-(a)	%	
1ª FAIXA (10 a 25 S.M.)	151145	16.9	404503	23.6	253358	30.9	10.3
Engenheiros e arquitetos	14550	1.6	30924	1.8	16374	2.0	7.8
Médicos, dentistas e enfermeiros dipl.	14185	1.6	27394	1.6	13209	1.6	6.8
Outras ocup. técnicas - nível sup.	21404	2.4	49576	2.9	28172	3.4	8.8
Economistas e contadores - nível sup.	9531	1.1	22135	1.3	12604	1.5	8.8
Administradores, gerentes e chefes	91475	10.2	274474	16.0	182999	22.4	11.6
2ª FAIXA (7 a 10 S.M.)	103859	11.6	174421	10.2	70562	8.6	5.3
Outras ocup. do comércio	68382	7.6	94593	5.5	26211	3.2	3.3
Professor secundário ou superior	16924	1.9	33332	2.0	16408	2.0	7.0
Mestres e contramestres	18553	2.1	46496	2.7	27943	3.4	9.6
3ª FAIXA (3.5 a 7 S.M.)	197419	22.1	320570	18.7	123151	15.0	5.0
Auxiliares de engenharia e arquitetura	15722	1.8	36731	2.1	21009	2.6	8.9
Outras ocupações técnicas - nível médio	35947	4.0	55968	3.3	20021	2.4	4.5
Ocupações de defesa nac. e seg. pública	40749	4.5	42261	2.5	1512	0.2	0.4
Técnico contábil - nível médio	29592	3.3	56504	3.3	26912	3.3	6.7
Professores prim./inspetores de ensino	52429	5.9	74227	4.3	21798	2.7	3.5
Ocupações burocr. de natureza espec.	22980	2.6	54879	3.2	31899	3.9	9.1
4ª FAIXA (1 a 3.5 S.M.)	440677	49.3	812182	47.4	371505	45.4	6.3
Auxiliares de escritório	273293	30.6	509117	29.7	235824	28.8	6.4
Ocupações auxiliares área de saúde	26393	2.9	54132	3.2	27739	3.4	7.4
Lojistas e caixas	140991	15.8	248933	14.5	107942	13.2	5.8
TOTAL	893100	100.0	1711676	100.0	818576	100.0	6.7

 Fonte: " Análise do mercado de trabalho e emprego na região metropolitana da Grande São Paulo
 entre 1970 e 1980 ", Convenio Fecamp/Seade, Rel. final, p. 39 e 40

TABELA 2

PARTICIPACAO RELATIVA DOS NOVOS POSTOS DA
CLASSE MEDIA NA EXPANSAO DA PEA URBANA - 1970-1980 GRANDE SAO PAULO

	participacao dos novos postos de classe media na variacao da PEA urbana na dec. 70	
1ª FAIXA (10 a 25 S.M.)	11.5	
Engenheiros e arquitetos	0.7	
Médicos, dentistas e enfermeiros dipl.	0.6	
Outras ocup. técnicas - nível sup.	1.3	
Economistas e contadores - nível sup.	0.6	
Administradores, gerentes e chefes	8.3	
2ª FAIXA (7 a 10 S.M.)	3.2	
Outras ocup. do comércio	1.2	
Professor secundário ou superior	0.7	
Mestres e contra mestres	1.3	
3ª FAIXA (3.5 a 7 S.M.)	5.6	
Auxiliares de engenharia e arquitetura	1.0	
Outras ocupações técnicas - nível médio	0.9	
Ocupações de defesa nac. e seg. pública	0.1	
Técnico contábil - nível médio	1.2	
Professores prim./inspetores de ensino	1.0	
Ocupações burocr. de natureza espec.	1.4	
4ª FAIXA (1 a 3.5 S.M.)	16.9	
Auxiliares de escritório	10.7	
Ocupações auxiliares área de saúde	1.3	
Lojistas e caixas	4.9	
TOTAL	37.2	
PEA urbana 100.0		

Fonte : " Análise do mercado de trabalho e emprego na região metropolitana
da Grande São Paulo entre 1970-1980 ", Convenio Fecamp/Seade, Rel. final, p. 40

A última faixa passou de 440.677 para 812.182 postos, o que representou um acréscimo de 371.505 (45,4% dentre todas as novas ocupações). No entanto, sua participação relativa caiu de 49,3% em 1970 para 47,4% em 1980.

A primeira faixa passou de 151.145 para 404.503, representando um acréscimo de 253.358 novos postos. Sua participação relativa passou de 16,9% para 23,6%. Este crescimento se deu principalmente através das funções de administradores, gerentes e chefes, que passou de 10,2% para 16,0%. Este segmento teve a maior taxa de crescimento médio anual entre todas as ocupações englobadas durante a década de setenta (11,6%).

Assim, apesar da última faixa ter contribuído com maior peso absoluto para o aumento da P.E.A. urbana, foi a faixa superior a que mais cresceu em termos relativos. Isto mostra o caráter dinâmico do desenvolvimento do período, com uma grande ampliação da demanda por profissionais de maior qualificação.

Houve uma expansão da oferta de vagas no ensino superior do Estado de São Paulo, assim como de todo o Brasil, que acompanhou este processo, principalmente no período de 1968 a 1972 (10).

O problema da qualidade deste ensino, entretanto, é um outro assunto, já que esta expansão se deu principalmente via

(10) SALM, Claudio. op. cit., pág. 05.

escolas privadas e com um grande descaso governamental.

Isto acabou por contribuir para a elitização que se verificou no ensino público superior nos anos oitenta, atrelado às diversas crises do período. De acordo com estudos da Universidade Estadual de Campinas referentes ao perfil sócio-econômico dos calouros ingressantes nesta universidade, o número daqueles aprovados que cursaram o 1o. e 2o. Graus em escolas públicas diminui a cada ano.

Em 1987 ⁽¹¹⁾, 50,81% dos inscritos haviam cursado o 2o. Grau completo em escola particular ou no mínimo mais tempo numa escola particular. No total dos aprovados, eles representaram 63,43%. Os aprovados oriundos de escolas públicas representaram 35,88% dos ingressantes.

Além disso, a proporção dos indivíduos que fizeram cursos noturnos representou apenas 3,29%, o que tende a ser um indicador das dificuldades daqueles que trabalham e não podem dedicar-se integralmente ao estudo.

Em relação à renda familiar, 77,08% dos aprovados vinham de famílias com renda superior a dez salários mínimos.

Segundo a ocupação do pai, 45,45% deles são filhos de profissionais liberais, ou ocupantes de cargos de gerência ou

⁽¹¹⁾ Todos os dados se referem ao Relatório "Perfil Demográfico do Vestibulando" - 1987 da UNICAMP. Coordenador: Newton C. Balzan

direção e proprietários de empresas de tamanho médio.

Também é alto o índice de representatividade dos pais de ingressantes com nível superior completo, 47,44%.

A maioria dos ingressantes não trabalha e é sustentada pelos pais (79,11%).

Todas estas tendências começaram a se verificar a partir de 1979-1980.

Comparando-as com dados sobre os ingressantes de 1973, podemos ter uma idéia melhor do aprofundamento deste processo. Naquele ano, apenas 15% dos pais de ingressantes tinham o nível superior completo ou incompleto e 43,9% dos calouros provinham de famílias com renda mensal menor ou igual a quatro salários mínimos. Além disso, 62% deles frequentaram somente Escola Pública no 1o. e 2o. Graus.

Conclusão

Na década de setenta, a universidade foi um importante instrumento para a ascensão social na faixa superior da classe média, acompanhando o desenvolvimento econômico.

A maneira como se expandiu o ensino superior, no entanto, aliada as crises do final dos anos setenta e início dos oitenta, contribuiu para o processo de elitização no ensino superior público, ^{mantendo a qualidade} (com algumas excessões também no setor privado) ~~(da qualidade.)~~

A universidade ainda hoje representa muito mais um meio de manutenção ou ascensão social, pois através dela o indivíduo potencializa-se como força de trabalho para as ocupações da faixa superior da classe média, mais que isso, através das universidades de renome, como força de trabalho para as grandes empresas, pois são nestas "ilhas" de ensino que elas buscam o pessoal que necessitam.

Empresas como Citibank e a Gessy Lever, por exemplo, concentram seus interesses apenas nas escolas de primeiro escalão (USF, Fundação Getúlio Vargas, UNICAMP, entre outras poucas). Apesar disso, não deixam de investir altas somas em programas de treinamento, criando verdadeiras "universidades internas" às empresas.

As empresas utilizam o sistema educacional, apesar de muitas vezes criticá-lo, e é certo que ele é muito deficiente e necessita de mudanças.

Sua importância como instrumento para a classe média no entanto, é fundamental, assim como sua necessidade de modernização para o ingresso do país na "modernidade" capitalista.

Porém, a escola deve ser entendida como um sistema à parte, que não deixa de manter relações com as empresas através de pesquisas e de qualificação de mão-de-obra, estando ainda acima disto apenas quando entendida como direito universal e meio para se adquirir a plena cidadania.

Bibliografia

DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4a. edição - São Paulo, Brasiliense, 1986.

MILLS, C. Wright. A nova classe média. 3a. edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas, 1985. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP.

FOULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. 2a. edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

QUADROS, Waldir José de. Análise do mercado de trabalho e emprego na região metropolitana da Grande São Paulo entre 1970 e 1980. Relatório final - Convênio FECAMP/SEADE. Campinas, 1989.

QUADROS, Waldir José de. A nova classe média brasileira: 1950-1980. Campinas, 1985. Tese de Mestrado, Instituto de Economia, UNICAMP.

SALM, Cláudio. Escola e Trabalho. Campinas, 1980. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP.

RELATORIO: "Perfil Demográfico do Vestibulando 87",
UNICAMP, Análise preliminar, Coordenador: Newton C. Balzar.

ARTIGOS:

- 1) As notas baixas dos cursos de administração. Revista EXAME, no. 16, edição 459, pág. 38-45, 08 de agosto de 1990.
- 2) BELUZZO, Luiz.G. Educando-se no salve-se quem puder. Revista Isto é/Senhor, edição 1092, pág.25, 22 de agosto de 1990.
- 3) DURHAM, Eunice Ribeiro. Desenvolvimento econômico e educação pública. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de julho de 1990, pág. A-3, 1o. caderno.
- 4) EMPRESAS contratam de acordo com o diploma. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 de março de 1990, pág. 11, 1o. caderno.